



AS FORÇAS ARMADAS E A SEGURANÇA PÚBLICA

Laura Meneghim Donadelli
Marina Nogueira Souza Soares

INFORMES TEMÁTICOS 2021

Organizadoras
Juliana Bigatão
Marina Vitelli

Apresentação

O **Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)** é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança ([GEDES](#)) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "[Informes Temáticos](#)", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira ao longo de 2020, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação abarca o período de sete dias de trabalho de redatores e redatoras (de sábado à sexta-feira) e nele os materiais selecionados nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense são agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos, nos quais são destacadas as informações atinentes ao enfoque do *ObDEF*. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "[Informes Temáticos](#)" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Na produção dos "Informes Temáticos", contamos com o trabalho sério e competente de docentes e discentes da EPPEN-Unifesp e da Unesp-Franca e de pesquisadoras/es, pós-graduandos e pós-graduandas do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas.

Convidamos toda a comunidade para apreciar os "Informes Temáticos" dos oito temas de maior destaque em 2021 na área de defesa e forças armadas: Ameaças à democracia; As leis de Segurança Nacional e Antiterrorismo; As forças armadas e a pandemia; As forças armadas e a Amazônia; As forças armadas e a segurança pública; Indústria e Orçamento de Defesa; Os militares no governo Bolsonaro; O 7 de setembro.

Deixamos também o convite para ler o [Anuário 2021 Forças Armadas e Defesa no Brasil](#), uma sistematização temática dos resumos dos informes semanais de 2021 e uma análise quantitativa do material jornalístico analisado.

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas
Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/Unesp)

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (EPPEN-Unifesp)

Equipe Informe Brasil- 2021

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira
Juliana de Paula Bigatão
Laura Meneghim Donadelli
Leonardo Pontes Vinhó

Redação

- Alice Tomazzetti da Silveira
- Beatriz Grasio Campos
- Davi Campos Matos
- Débora Cruz Silva
- Gabriela Araujo da Silva
- Gabriela Lopes Ferreira
- Giovani Nunes de Aguiar
- Giovanna Palas Soares Santos
- Gislaine Amaral Silva
- Grazielly Dourado Santos
- Guilherme Evaristo R. Macieira
- Henrique Muniz Fernandes
- Isadora Antunes Botelho
- Jonas de Paula Vieira
- Juliana Haniu
- Léa Briese Staschower
- Leonardo Pontes Vinhó
- Leticia Beneves
- Lisa Barbosa
- Lucas Rizzati Iquegami
- Maria Júlia Barbosa S. N. Scandiuzzi
- Marianna Braghini
- Rodrigo Freitas de Souza
- Thalia Cristina Vieira Lima
- Yuugo Gushiken

Créditos das imagens:

Capa e corpo do informe: [Tânia Rêgo/Agência Brasil](#), modificada pelo ObDEF

Contracapa: [Centro de Comunicação do Exército Brasileiro](#)

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). DONADELLI, L. M.; SOARES, M. N. S. As forças armadas e a segurança pública. Informe Temático 2021. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2022.

AS FORÇAS ARMADAS E A SEGURANÇA PÚBLICA

Laura Meneghim Donadelli

Doutoranda em Relações Internacionais no
PPG San Tiago Dantas.

Marina Nogueira Souza Soares

Graduanda em Relações Internacionais na
UNESP/Franca

Durante o ano de 2021, alguns temas relacionados à segurança pública ganharam destaque nos principais periódicos do país, ora retratando a atuação das forças armadas, ora discutindo o envolvimento do Ministério da Defesa em questões adjacentes. Diferentemente do ocorrido em anos anteriores, em que as notícias abordaram o recorrente emprego dos militares em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e demais missões internas voltadas à violência urbana, em 2021 os jornais destacaram as tentativas de militarização da segurança pública pelo governo federal - seja na forma de decretos, projetos de lei ou portarias. Neste informe temático, apresentamos de maneira resumida e sistematizada o noticiado pelos periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo no ano de 2021 sobre as intersecções entre segurança pública e as forças armadas no Brasil. Primeiramente, abordamos as ocasiões em que os militares foram acionados para atuar em questões de ordem e segurança interna; em seguida, apresentamos os debates em torno da morosidade da Justiça Militar e os limites de atuação entre as polícias e as forças armadas; por fim, discutimos as diversas tentativas de militarização do tema por setores do governo, seguido pelos debates entre os especialistas.



Emprego das forças armadas: ano atípico?

O emprego das forças armadas em matéria de segurança pública pode ser considerado recorrente no Brasil: houve a deflagração de operações de GLO em situações de violência urbana em quase todos os anos de registro do Ministério da Defesa (1992-2021), além da Intervenção Federal no estado do Rio de Janeiro em 2018. Entretanto, a única atuação em GLO no ano de 2021 foi a Operação Samaúma, na região Norte do país, relacionada a ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais e o desmatamento ilegal. Conforme retratado nos informes temáticos de 2021, o emprego interno das forças armadas naquele ano foi intenso em ações relacionadas à pandemia de Covid-19 e em missões de meio-ambiente na Amazônia.

Em reportagem para a Folha de S. Paulo, o jornalista Igor Gielow avaliou que a baixa ocorrência de operações de GLO durante o governo Bolsonaro resulta da “pressão dos fardados em busca de respaldo jurídico para operações internas”, em referência, na prática, às tentativas de aprovação do “excludente de ilicitude”. A promessa da campanha

presidencial aos militares se tornou projeto de lei em 2019, no chamado “pacote anticrime” do então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. Em uma *live* em 2020, Bolsonaro afirmou que pretendia empregar as Forças Armadas em operações de GLO apenas “se tiver que usar, com excludente de ilicitude”.

Para além da baixa deflagração de operações de GLO, em 2021 também foram pontuais e breves os empregos das forças armadas em matéria de segurança pública: em maio, os jornais Correio Braziliense e Folha de S. Paulo noticiaram que a comunidade indígena Yanomami que vive em Roraima estava sendo alvo de ataques de garimpeiros e pediu ajuda à 1ª Brigada de Infantaria da Selva (Bda Inf SI) do Exército. O alerta foi emitido pelo vice-presidente da Associação Yanomami Hutukara, Vitório Kopenawa Yanomami, que solicitou apoio emergencial e a instalação de um posto avançado na comunidade de Palimiú – assinalada na figura ao lado– e no rio Uraricoera. O líder indígena pediu ainda o apoio logístico do Exército para as ações de demais órgãos a fim de garantir a segurança no local e impedir a chegada de garimpeiros, que estavam atacando a comunidade com tiros e bombas de gás lacrimogêneo.

Conflito entre garimpeiros e indígenas na Terra Yanomami



Fonte: G1

Agentes da Polícia Federal e militares do Exército foram até o local, mas ali permaneceram por aproximadamente duas horas. Pouco tempo após a saída dos militares, a comunidade sofreu um novo ataque a tiros: “O Exército foi ontem, mas não dormiu na comunidade e retornou. Eles só foram, olharam e retornaram ontem mesmo”, afirmou o líder indígena Júnior Hekurari. O Comando Militar da Amazônia (CMA) informou através de sua assessoria que aguardava as investigações das autoridades competentes e novas demandas dos órgãos responsáveis para prosseguir no apoio à comunidade. Os Yanomami, um dos maiores povos indígenas da América do Sul, enfrenta ações de posseiros, garimpeiros e do próprio Estado brasileiro há décadas na região.

Ainda no Norte do país, em junho o prefeito de Manaus, David Almeida, solicitou ao governador do estado, Wilson Lima, e ao comandante militar da Amazônia, general Luís Carlos Gomes Mattos, o auxílio das forças armadas em decorrência de crise na segurança pública na cidade após ataques de criminosos, supostamente integrantes do Comando Vermelho, como retaliação ao assassinato de um de seus líderes pela polícia militar. Em coletiva de imprensa, Almeida afirmou que “[...] tem que convocar a GLO, está mais do que na hora do Exército entrar nas ruas, não se pode deixar que os marginais tomem conta. Temos sim [que ter] a presença do Exército nas ruas para colocar esses bandidos no lugar deles”.

Em nota no dia 06 de junho, o CMA afirmou que “[...] a decisão sobre o emprego excepcional das tropas é feita pela Presidência da República, por motivação ou não dos governadores ou dos presidentes dos demais Poderes constitucionais” e que não havia sido notificado oficialmente para atuar na garantia da lei e da ordem no estado. Conforme o histórico de operações de GLO do Ministério da Defesa, não houve decreto de GLO na segurança pública de Manaus em 2021.

Por fim, a última atuação das forças armadas em missões de segurança pública noticiada pelos periódicos em 2021 foi relativa aos preparativos para o dia sete de setembro, feriado da Independência do Brasil, quando a segurança foi reforçada nas cidades de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Ante a possibilidade de manifestações e protestos, o Comando Militar do Planalto (CMP) disponibilizou efetivos da polícia do Exército, do Batalhão da Guarda Presidencial e do Regimento de Cavalaria de Guarda. O Estado de S. Paulo destacou que o CMP é responsável pela segurança dos palácios da capital federal, e que costuma colocar em prontidão esse efetivo quando há previsão de manifestações na Esplanada.

Atividades policiais, justiça militar

Outro tema que gerou repercussões e debates nos noticiários foi a morosidade e a impunidade da Justiça Militar e, em consonância, os limites da atuação das forças armadas em atividades de segurança pública. Em evento com motociclistas na cidade de São Paulo em 12 de junho, o presidente da República declarou aos policiais militares presentes no local que estes são auxiliares das forças armadas: "Tenho certeza que, no cumprimento da lei e da ordem, pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais, nós estaremos juntos, aconteça o que acontecer".

No sentido contrário, editorial da Folha de S. Paulo questionou a utilização das forças armadas em funções de segurança pública, defendendo que estas são treinadas para agir na defesa nacional, não para combater a criminalidade urbana, fato que abriria espaço para reações imprudentes dos militares. O texto foi publicado após a condenação por homicídio qualificado, em outubro, de oito militares envolvidos no assassinato do músico Evaldo Rosa dos Santos e do catador de material reciclável Luciano Macedo, ambos fuzilados em 2019 na zona norte do Rio de Janeiro, durante uma ação de patrulhamento do Exército. Os juízes haviam dado início aos depoimentos das testemunhas um mês após o crime, mas a pedido da defesa dos réus, o julgamento foi adiado duas vezes. A promotoria declarou que os militares confundiram o carro do músico com um automóvel semelhante que teria sido utilizado para roubar um motorista momentos antes.

Por sua vez, a defesa assegurou que os militares reagiram em legítima defesa putativa, quando acredita-se estar procedendo de maneira adequada. Após uma sessão de mais de 15 horas, o conselho de juízes da Justiça Militar da União, formado por uma juíza federal e quatro juízes militares sorteados, condenou os militares. Segundo a decisão, a versão apresentada pelos militares está fora de cogitação. O tenente que liderava o grupo, Ítalo da Silva Nunes, recebeu a maior pena, de 31 anos e seis meses. Os demais receberam penas de 28 anos, todas em regime fechado.

A Folha lembrou que a partir da Lei 13.491, de 2017, aprovada durante o governo de Michel Temer, os crimes cometidos por militares contra a vida de civis no contexto de atividade de natureza militar, de operação de GLO ou de atribuição subsidiária passaram a ser julgados pela Justiça Militar. O advogado criminal Luís Francisco Carvalho Filho afirmou, em coluna opinativa no periódico, que existem duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) no Supremo Tribunal Federal (STF) para tratar do assunto: A ADI nº 5.901, movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que apontou para a inconstitucionalidade da lei de 2017, e a ADI nº 5.032, proposta em 2013 pelo Procurador-Geral da República, referente à LC nº 136/2010.

Carvalho Filho afirmou que a Justiça Militar deveria ter “alcance restrito e excepcional”, devendo ser responsável somente por aqueles delitos realizados por militares contra bens jurídicos próprios da ordem militar, não incluindo a segurança pública. Dessa forma, reiterou que militares e policiais militares devem responder à Justiça comum quando ultrapassam as funções de policiamento. Por sua vez, O Estado enfatizou a necessidade de maior planejamento das políticas de segurança pública pelo governo do Rio de Janeiro, já que “não havia justificativa objetiva” para o emprego das forças armadas no “desastre” em Guadalupe, e que esses casos evidenciam a insegurança jurídica causada pela decisão, pois na prática os militares não detêm poder de polícia e nem são treinados para agir como policiais.

O Correio Braziliense entrevistou o especialista em segurança pública Leonardo Sant’Anna, que problematizou a utilização das forças armadas em operações de segurança pública. Segundo ele, o nível de capacitação de um militar é distinto: “Há uma grande confusão que recai nesse tipo de tragédia, sobretudo no momento em que se coloca pessoas não preparadas para realizar atividades de proteção à população, mas que na verdade são capacitadas para atividades de guerra”. Em coluna opinativa para o jornal Folha de S. Paulo, o diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, avaliou que a condenação não significa uma mudança de paradigma do papel das forças armadas e polícias militares na sociedade brasileira, de modo que “continuam a ser operados a partir da ideia de tutela da ordem social e subordinação da vida civil”. Segundo ele, a condenação após tragédias como essa tem valor simbólico e jurídico institucional, mas “não transforma as bases sociais e institucionais que permitiram que elas ocorressem”.

Em reportagem para a Folha, Igor Gielow avaliou que as operações de GLO são “símbolo da falta de projeto civil para as Forças Armadas”, e tiveram início na conferência ambiental Rio-92, quando tentou-se imprimir uma aparência pacífica ao Rio de Janeiro. Bruno Langeani, gerente do Sou da Paz, afirmou que as forças armadas são um recurso excepcional e que seu emprego recorrente pode resultar em contaminação das tropas e desmoralização, já que não se observam melhorias significativas na violência urbana. Langeani também ressaltou que o militar é preparado para outra função: “As forças policiais têm efetivo mais estável, com mais tempo de serviço, treinamento e protocolos, que incluem o uso de técnicas de defesa pessoal, armas menos letais. [...] Nas Forças Armadas há menos espaço para esses conhecimentos. Não é acidente que tenhamos tantos casos de mortes desastradas e evitáveis, como na fiscalização de um veículo, na morte do músico Evaldo Rosa em 2019”.

Em editorial em abril de 2021, previamente à condenação, a Folha havia criticado a morosidade do processo na Justiça Militar, apontando-a como contrastante com a gravidade

da situação. O periódico lembrou que, à época da aprovação da Lei 13.491/2017, o Comando Geral do Exército havia afirmado que as punições perante a Justiça Militar seriam tratadas com mais rigidez e celeridade quando se tratasse de crimes cometidos durante operações de GLO. Entretanto, os acusados no caso dos 80 tiros não participavam deste tipo de ação, mas sim do patrulhamento regular do perímetro de segurança da Vila Militar. Com isso, o jornal classificou como abusivo o uso das operações nos últimos anos para o combate à violência, "quando seria preferível o emprego de policiais cedidos à Força Nacional de Segurança Pública". Por fim, o editorial completou que "quando militares se aventuram a fazer policiamento sem o mandato legal, o treinamento e o controle necessários, é de grande o risco de brutalidades como essa".

Baixo emprego, alta militarização

Em 2021, assim como nos anos anteriores do governo Bolsonaro, os projetos apresentados pelo presidente no âmbito da segurança pública evidenciaram diversas tentativas de militarização da área, largamente retratadas pelos periódicos do país. Logo no início do ano, Bolsonaro e os novos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, anunciaram um conjunto de propostas prioritárias ao governo para 2021. Dentre as pautas, novas tentativas de aprovar o excludente de ilicitude para militares em operações de GLO e um projeto para a ampliação da posse e do porte de armas de fogo, permitindo, por exemplo, que membros das forças armadas e das forças de segurança pública pudessem adquirir até dez armas.

Em 2020, três portarias reguladoras do rastreamento de armas e munições foram revogadas, prejudicando significativamente o controle sobre artigos bélicos. O prazo para a reedição das portarias era fim de 2020, limite que não foi cumprido pelo Exército. Especialistas reforçam que essas portarias eram essenciais para as investigações criminais no Brasil, permitindo que o rastreamento

dos armamentos fosse feito de forma mais apurada. Para o advogado Ivan Marques, analista de segurança pública e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ao abrir mão dessas normas o Exército acabou por gerar um descontrole no ciclo de vida das munições, o que favorece o crime organizado e o desvio de lotes de munição para o mercado clandestino.

No dia 27 de agosto de 2021, Bolsonaro declarou que "todo mundo tem que comprar fuzil", já que para ele, o "povo armado jamais será escravizado". No mesmo dia, o presidente participou da passagem de chefia do comandante de Operações Especiais do Exército, em Goiânia, e afirmou em discurso que "o soldado brasileiro sempre esteve presente nos



Jair M. Bolsonaro
@jairbolsonaro



- ATIRADORES e COLECIONADORES:

- **Determinei a revogação das Portarias COLOG Nº 46, 60 e 61, de março de 2020, que tratam do rastreamento, identificação e marcação de armas, munições e demais produtos controlados por não se adequarem às minhas diretrizes definidas em decretos.**

12:16 PM · 17 de abr de 2020 · Twitter for Android

momentos mais difíceis", e que o Alto-Comando do Exército está "dedicado e preocupado com o futuro da pátria".

Na corrente contrária à facilitação do armamento, ainda no começo do ano, em fevereiro, o ministro do STF Luís Roberto Barroso votou contra a resolução de retirada de impostos para a importação de armas do governo federal, em uma ação protocolada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) que analisa a constitucionalidade da decisão. Barroso declarou que há "falta de razoabilidade e proporcionalidade na renúncia tributária em momento de grave crise sanitária, econômica, social e, muito notadamente, fiscal", além de ver a mudança com "extrema gravidade" e "risco para a estabilidade democrática". Algumas semanas depois, em março, o Correio noticiou que o ministro do STF Edson Fachin votou contra os decretos referentes à ampliação da autorização da posse de armas de fogo, ressaltando que a posse deveria ser apenas autorizada "às pessoas que demonstrem concretamente, por razões profissionais ou pessoais, possuírem efetiva necessidade".

A Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos do Exército, apesar de ter divulgado parecer favorável aos decretos de flexibilização do porte e posse de armas, fez uma observação quanto ao trecho referente à autorização automática de pedidos feitos por corporações policiais e órgãos de segurança para a importação de armamentos e munições, caso o mesmo não seja analisado em 60 dias pelo Exército. Para a assessoria, tal conduta "(...) poderá ter como consequência uma fragilização para a segurança pública e para a política de Estado que foi inaugurada com o Estatuto do Desarmamento, de controlar ou limitar a disseminação de armas de fogo no País".



Em setembro de 2021, Alexandre de Moraes, ministro do STF, decidiu pela suspensão da portaria editada por Bolsonaro, alegando que a decisão do presidente não teve motivação legal e houve um "desvio de finalidade" do governo ao restringir a atuação do Sistema Nacional de Rastreamento de Produtos Controlados pelo Exército (SisNar), ou seja, os motivos da ação não respeitaram as finalidades determinadas pela lei ou pela Constituição para o funcionamento do Estado. Para Moraes, o veto à implementação das medidas de marcação e rastreamento de armamentos, munições e explosivos, além de ferir os princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade e do interesse público, prejudicou o controle e a repressão ao comércio ilegal de armas.

Em reportagem divulgada em dezembro, a Folha de S. Paulo apontou que houve uma tentativa por parte do Exército de se esquivar do julgamento do STF sobre a revogação destas três portarias. De acordo com documentos obtidos pelo Instituto Sou da Paz, "as

novas regras ficaram prontas em dezembro de 2020 e permaneceram paradas na mesa do Comando do Exército por quase dez meses”. Para Carolina Ricardo, diretora do Instituto, tal fato representa a falta de compromisso da instituição com a política de rastreamento de armas.

Outras críticas a respeito da política armamentista do governo Bolsonaro também ganharam destaque na mídia. Em carta aberta aos ministros do STF, o ex-ministro da Defesa e da Segurança Pública, Raul Jungmann, solicitou que fossem vetados os decretos que facilitam o acesso às armas. Jungmann associou as medidas do governo a um “nefasto processo” que ameaça o sistema democrático, já que ao longo da história o armamento da população sempre serviu aos interesses de ditaduras, golpes de Estado e governos fascistas. Além disso, o ex-ministro acredita que os decretos atentam contra o papel constitucional dos militares e do uso legítimo da força, e que “a garantia da liberdade está na democracia, no respeito à Constituição e aos poderes” e não nas armas de fogo.

Por fim, as últimas tentativas de militarização em 2021 se referiram à revisão das Leis de Segurança Nacional (LSN) e Antiterrorismo, que receberam grande destaque nos periódicos. Promulgada em 1983 num contexto de abertura do regime militar, a LSN é a última versão de textos normativos iniciados em 1935 que buscavam reprimir grupos considerados inimigos internos. O Congresso Nacional previu a votação de um projeto de lei que revogaria a LSN, contudo Bolsonaro vetou artigos do projeto a pedido do Comando do Exército e do Ministério da Defesa. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, dois pontos no projeto teriam motivado o veto: o primeiro previa até quatro anos de prisão para aqueles que usassem violência ou grave ameaça para impedir manifestações, acarretando aumento da pena se a repressão resultasse em lesão corporal grave ou morte. O argumento para a retirada deste artigo foi o de que o mesmo poderia limitar a ação das forças armadas em operações de GLO. O segundo ponto previa o aumento em 50% do tempo de prisão e perda de posto ou patente por crimes contra o Estado de Direito, caso perpetrado por militares, o que, na análise da presidência da República, tornaria desproporcional a punição aos militares quando comparado a outros servidores públicos.

Em setembro, os periódicos noticiaram a discussão de uma nova lei antiterrorismo, criada pelo deputado major Vitor Hugo visando a ampliação da repressão e punição a atos considerados perigosos e destrutivos à vida humana ou infraestrutura essencial.

A proposta ainda abrange ações que aparentemente têm a intenção de “intimidar ou coagir a população civil ou de afetar a definição de políticas públicas por meio de intimidação, coerção, destruição em massa, assassinatos, sequestros ou qualquer outra forma de violência”. O projeto recebeu duras críticas de deputados e organizações de defesa dos direitos humanos, que argumentaram que o texto possui definição demasiada genérica de terrorismo, de forma que movimentos sociais poderiam sofrer consequências punitivas previstas na proposta. Além disso, os opositores da proposta ainda ressaltaram que o texto concede poderes inconstitucionais ao Executivo, criando uma espécie de polícia secreta e permitindo ainda que os agentes antiterroristas possuam suporte jurídico caso utilizem força letal, e de acordo com o excludente de ilicitude.

Antigas tendências, novos contornos

O ano de 2021 deu seguimento ao quadro vigente desde o início do governo Bolsonaro, com pontuais e breves atuações das forças armadas em matéria de segurança pública. Dentre as possíveis explicações, é possível apontar, de um lado, a priorização de missões relacionadas à pandemia e ao meio-ambiente, que previam uma significativa utilização de recursos humanos e materiais e, de outro, resistências de alguns setores, incluindo a presidência da República e militares do alto escalão que compõem o governo, evitando o emprego interno em segurança pública até que seja aumentada a proteção jurídica dos militares em ação.

Independentemente do motivo por trás deste baixo emprego em operações de GLO e em missões relacionadas à segurança pública, é importante ponderar que as diversas tentativas de flexibilização de normas e de acesso a armamentos é, todavia, preocupante. Nos últimos anos, diversos projetos evidenciaram crescentes tentativas de militarização da segurança pública, incluindo o rastreamento e a taxação de artefatos bélicos. Com efeito, os nebulosos limites entre as práticas policiais e militares traz consequências de longo prazo não apenas à sociedade civil, imersa em dinâmicas militarizadas, mas também às próprias forças armadas, que são afastadas de sua atividade precípua para dedicar-se a missões para as quais não possuem treinamento, armamento ou regras de engajamento específicas.

Leituras e materiais recomendados

Davi Succi Junior

Garantia da lei e da ordem (GLO)

Segurança pública/interna

David Pion-Berlin

Militarismo

Instituto Igarapé

Regulação de armas e munições

Leonardo Cavalcanti e Fernanda Bastos

País já tem mais atiradores, colecionadores e caçadores do que militares

Malu Mões

Importação, porte e registro de armas disparam sob Bolsonaro

Natalia Viana

Dano Colateral - A intervenção dos militares na segurança pública (2021)

GEDES- Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional

Fundado em 2001, o GEDES é um grupo multidisciplinar que reúne graduandos, pós-graduandos, mestres e doutores dedicados a analisar questões relativas à Paz, Defesa e Segurança Internacional, favorecendo a troca de informações entre seus pesquisadores através da promoção de reuniões de leitura e discussão.

Nossos produtos

- [Observatório de Política Exterior](#)
- [Observatório Sul-Americano de Defesa e FA](#)
- [Observatório de Conflitos](#)
- [Cenários Prospectivos](#)
- [ERIS – Defesa e Segurança Internacional](#)
- [ATLAS da Defesa Sul-Americana](#)
- [Rede Nacional de Estudos Estratégicos](#)
- [Dicionário de Segurança e Defesa](#)



ObDEF- Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas

O ObDEF é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios ([Eppen](#)), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática

